

REGULAMENTO DO MOOT COURT

European Union Data in Portugal (Data.PT - 101175140)

1.ª Edição

Preâmbulo

O presente Moot Court insere-se nas atividades do projeto Jean Monnet *European Union Data Strategy in Portugal* (Data.PT - 101175140) e visa promover o debate académico e a simulação forense de casos jurídicos relacionados com os desafios atuais da regulação europeia de dados, reforçando a compreensão dos participantes sobre as políticas públicas e normativas da UE neste domínio.

A competição concentra-se nas áreas estratégicas da União Europeia relativas à economia e regulação de dados, incidindo, nomeadamente, sobre os seguintes instrumentos e políticas:

- Estratégia da União Europeia para os dados;
- Espaços Europeus de Dados;
- Regulamento Governação de Dados;
- Regulamento Dados;
- Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados;
- Regulamento sobre o Espaço Europeu de Dados.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º (Objeto e Âmbito)

1. O presente regulamento define as normas de funcionamento e participação na 1.ª Edição do Moot Court *Data.PT*, uma competição académica de tribunal simulado.
2. A competição tem por objetivo desenvolver competências de argumentação jurídica, oratória forense e o domínio técnico-jurídico dos estudantes, através da aplicação prática do Direito da União Europeia em áreas específicas.

Artigo 2.º (Estrutura da Competição)

1. A competição decorrerá em formato de audiência simulada, baseada num caso prático hipotético previamente distribuído.
2. A competição realizar-se-á em sessão única ou eliminatórias, consoante o número de equipas inscritas e mediante decisão da Organização.

3. Cada simulação opõe duas equipas, representando, respetivamente, a parte Autora (ou Recorrente) e a parte Ré (ou Recorrida), perante um coletivo de juízes (Júri).

CAPÍTULO II

DAS EQUIPAS E INSCRIÇÕES

Artigo 3.º (Elegibilidade e Composição)

1. Podem inscrever-se na competição todos os estudantes regularmente matriculados, no ano letivo de 2025/2026, no 1.º ou no 2.º ciclo de estudos de uma Faculdade de Direito.
2. Também serão admitidos estudantes de outras Faculdades desde que se encontrem regularmente matriculados em Unidades Curriculares relacionadas com a União Europeia como, por exemplo, Estudos Europeus ou Estudos da União Europeia.
3. As equipas serão compostas por um mínimo de 2 (dois) e um máximo de 4 (quatro) elementos.
4. Dentro de cada equipa, os elementos podem assumir as funções de Orador ou de Investigador/Colaborador, cabendo à equipa a gestão interna dessas funções.
5. As inscrições são limitadas ao número de vagas definido pela Organização, sendo a seleção efetuada por ordem de submissão ou validação da candidatura.

CAPÍTULO III

DO CASO E PREPARAÇÃO

Artigo 4.º (Caso Prático e Atribuição de Papéis)

1. O Caso Prático será elaborado pela Organização e distribuído a todas as equipas inscritas com uma antecedência mínima de duas semanas face à data da prova.
2. As equipas devem preparar a argumentação jurídica para ambas as partes do litígio (Autor e Réu), uma vez que a atribuição da posição a defender será definida por sorteio.
3. O sorteio mencionado no número anterior realizar-se-á até uma semana antes do início das audiências.
4. É estritamente proibida a alteração dos factos constantes do Caso Prático, bem como a invenção de novos factos não, presumivelmente, dedutíveis dos documentos fornecidos.

CAPÍTULO IV

DA AUDIÊNCIA E JULGAMENTO

Artigo 5.º (Regras da Audiência e Tempos)

1. Cada equipa dispõe de um tempo global de **20 (vinte) minutos** para a sua intervenção oral principal.

2. A estrutura da audiência obedecerá à seguinte ordem: a) Intervenção inicial da Equipa Autora; b) Intervenção inicial da Equipa Ré; c) Réplica da Equipa Autora (opcional); d) Tréplica da Equipa Ré (opcional).
3. O tempo destinado à Réplica e à Tréplica não poderá exceder 3 (três) minutos para cada equipa, não sendo este tempo descontado dos 20 minutos da intervenção principal, salvo indicação em contrário do Júri.
4. A gestão do tempo entre os oradores da mesma equipa é livre, devendo ser comunicada ao Júri antes do início da sessão, com a ressalva de que nenhum orador poderá intervir, isoladamente, por um período superior a 15 (quinze) minutos.
5. O tempo de resposta às interpelações do Júri poderá, a critério deste, não ser contabilizado no tempo limite da equipa, ou sê-lo, conforme definido nas instruções de abertura da sessão.
6. Durante a sessão, é vedada qualquer comunicação, oral ou escrita, entre a equipa em prova e elementos do público ou consultores externos.

Artigo 6.º (Júri e Avaliação)

1. As audiências serão presididas por um Júri composto por professores universitários, advogados, magistrados ou especialistas em proteção de dados, a designar pela Organização.
2. O Júri poderá interpelar os oradores a qualquer momento durante a exposição para colocar questões, solicitar esclarecimentos ou testar a solidez dos argumentos.
3. A avaliação incidirá sobre uma escala de 0 a 20 valores, ponderando os seguintes critérios: a) Domínio técnico-jurídico: conhecimento da legislação e jurisprudência aplicável ao Caso Prático; b) Estrutura e Lógica: clareza da exposição e encadeamento dos argumentos; c) Oratória e Persuasão: capacidade de comunicação, linguagem corporal e postura forense; d) Capacidade de Resposta: rigor e prontidão nas respostas às questões do Júri; e) Fidelidade aos Factos: uso correto dos factos do caso, sem adulteração.

Artigo 7.º (Vencedores e Desempate)

1. Vencerá a competição a equipa que obtiver a classificação final mais elevada atribuída pelo Júri.
2. Em caso de empate pontual entre duas ou mais equipas, o desempate far-se-á sucessivamente através: a) Da maior pontuação obtida no critério "Domínio técnico-jurídico"; b) De uma ronda relâmpago de perguntas adicionais formuladas pelo Júri; c) Do voto de qualidade do Presidente do Júri.

CAPÍTULO V

PRÉMIOS E DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 8.º (Prémios e Certificação)

1. À equipa classificada em 1.º lugar será atribuído o título de "Equipa Vencedora", sendo conferido um prémio que será atempadamente anunciado pela Organização.

2. O Júri reserva-se o direito de atribuir uma menção honrosa de "Melhor Orador" individual, independentemente da classificação da sua equipa.
3. A todos os participantes efetivos será conferido um certificado de participação no Moot Court enquanto atividade do projeto Jean Monnet.

Artigo 9.º (Omissões)

Todas as dúvidas ou situações omissas no presente Regulamento serão resolvidas pela Organização, tendo em vista o bom funcionamento e a equidade da competição.